

“Respondeu a ele ofendido que tinha asco dos baianos!”: Policiais e soldados na Pelotas do final do século XIX

Caiuá Cardoso Al-Alam¹

RESUMO

Esta comunicação abordará alguns processos crimes que demonstram as relações entre policiais e soldados do Exército na cidade de Pelotas no final do século XIX. Uma cidade que apresentava entre as décadas de 1880-90 o seu auge econômico, recebendo quantia significativa de imigrantes, aumentando a urbe e complexificando as relações sociais dentro desta. Policiais e soldados disputavam o discurso de autoridade nas ruas, entrando em conflitos violentos seja com as diversas corporações normativas do lugar, ou com a população em geral. Observaremos questões como moral, territorialidade, perfil social dos envolvidos, buscando relacionar este estudo com outros trabalhos produzidos no Rio Grande do Sul e no país.

Palavras-Chaves: Policiais; Soldados; Pelotas;

“Offended, he answered that he was disgusted of baianos!”: Policemen and soldiers in Pelotas by the end of the XIX century

Abstract:

This presentation will be about crime processes that demonstrate the relationship between policemen and soldiers of the army in the city of Pelotas by the end of the XIX century. A city that presented its economical climax between the 1880-90 decades, had the arrival of a significant amount of immigrants, increasing the city and making the social relations more complex inside this. Policemen and soldiers were competing authority in the streets, getting into violent conflicts whether with the several local prescriptive corporations or whether with the people in general. The presentation will discuss moral issues, territoriality, social profile of the implicated ones, intending to connect this study with others produced in Rio Grande do Sul and in Brazil.

Key words: Policemen, Soldiers, Pelotas;

Neste trabalho procuramos ensaiar uma percepção das relações entre os trabalhadores da Polícia Particular e do Exército em Pelotas, no Rio Grande do Sul, no contexto do final do império brasileiro, tomando como possíveis variáveis explicativas os sentimentos de territorialidade, status e subordinação.

A noite do dia 14 de maio de 1885 poderia ser apenas mais uma como outra qualquer das que marcam o outono úmido na cidade de Pelotas. Mas pelas dez horas mais ou menos, os moradores das regiões da várzea e do porto, nervosos fechavam suas portas, suas casas de

¹ Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPQ sob orientação do professor Dr. Jurandir Malerba.

negócio, no intuito de defenderem-se das agressões de vinte a trintas soldados de linha do Exército aquartelados na região. Os soldados acusavam revanche perante as atitudes de policiais particulares que no dia anterior haviam espancado um integrante de seu batalhão. Nos lugares em que passaram, quebraram vidraças, reivindicaram cachaça aos donos dos botequins, chegando a espancaram dois indivíduos tripulantes de um navio ancorado no porto, no pretexto de serem policiais.

O soldado de linha do 3º Batalhão estacionado na cidade, Manoel Aristides Pereira, na própria Santa Casa de Misericórdia onde recebia cuidados especiais por ser seu estado físico “desesperador”, deu sua versão do fato ocorrido no dia anterior:

*[...] disse que sendo dispensado pelo seu comandante até as 10 horas da noite, que saiu e foi passear no cais, no porto desta cidade e que passando pela bodega do Augusto, ali estavam três patrulhadores da polícia particular, que dois estavam dentro da bodega e um estava perto dos cavalos, que este lhe perguntara a ele ofendido o que andava fazendo àquela hora, respondeu-lhe que andava de passeio e que em seguida saíram da bodega os outros dois que estavam dentro: um destes respondeu a ele ofendido **que tinha asco dos baianos**, e ele ofendido em resposta lhe dissera que podia ter asco dos baianos mas não dele que nunca o tinha ofendido [...].²(grifos nossos)*

Manoel ainda disse ter caminhado pela rua no sentido de evitar a briga com os policiais, mas os praças o seguiram. Acabou encontrado ferido na frente de uma tanoaria, debaixo de um salso, na esquina das ruas Liberdade³ e São Domingos⁴.

Grifamos o que nos interessa nessa comunicação, o fato de o policial ter feito referências pejorativas aos soldados por sua procedência. Já voltaremos a essa questão.

Augusto Martins, português de trinta e cinco anos, dono da bodega onde havia ocorrido a provocação, conta outra versão em seu testemunho. Disse que a provocação veio de Manoel, que ao chegar à bodega com um parceiro, foi alertado por esse da presença de policiais, respondendo que “[...] não contava com policinhas(sic), que saíssem eles para fora que o seu revólver não lhe era falso”. Foi retirado da bodega, “blasfemando” contra os policiais. Estes, conforme o relato, só saíram do lugar dez minutos depois.

Manoel para fazer prevalecer sua honra reivindicava um duelo com os policiais, chamando-os a rua⁵. O soldado até admitia que os policiais tivessem um sentimento negativo

² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. 1ª Vara Cível / Comarca de Pelotas, Processo Crime Número 5425, Maço 123, Estante 006.0127. A grafia das fontes primárias foi modificada no seu original no intuito de facilitar a leitura.

³ Hoje a atual rua João Pessoa (MAGALHÃES, 1993: 99)

⁴ Hoje a atual rua Benjamin Constant (MAGALHÃES, 1993: 72).

⁵ Sobre duelos de honra ver o trabalho referente a Argentina, mas que pode ser usado como referência ao tema também no Brasil. GAYOL, Sandra. Honor y duelo em Argentina moderna. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

com relação aos ditos *baianos*, mas reivindicava que isso não lhe atingisse já que nada havia feito de ofensivo. Como escreveu Lefébre, a honra “[...] mexe com as hierarquias, desestabiliza os poderes, como também assegura o renome” (LEFÉBRE, 1992: 104). O sentimento de honra seria o regulador das relações entre os profissionais da autoridade nas ruas⁶. Cúdia Mauch em pesquisa sobre prática policial em Porto Alegre, demonstra que as afirmações de autoridade e de masculinidades se sobrepunham, estavam geralmente relacionadas nessas disputas (MAUCH, 2008: 5).

A Polícia e o Exército seriam instituições que valorizariam a honra viril, chamadas de instituições de virilidade (LEFÉBRE, 1992: 123). Manoel e os policiais reproduziram o ideal institucional, mas reformulando-o, através de códigos específicos construídos no cotidiano de suas experiências, que levavam em conta a territorialidade e diferenças de status e subordinação como veremos mais a frente.

Outro comerciante, conta sua versão. Porfírio José da Costa, natural desta província, de quarenta e quatro anos, com seu comércio estabelecido no cruzamento das ruas onde ocorreram as agressões ao soldado, diz que Manoel esteve em seu estabelecimento pedindo uma venda de cachaça fiada. Porfírio negou a venda referindo-se ao soldado como desordeiro e por este estar “ébrio”. Este num momento de descuido do comerciante colocou um copo em seu bolso, mas sendo advertido pelo mesmo, o devolveu. Ao insistir na venda fiada, foi pelo comerciante retirado do bar, sendo que na saída do estabelecimento cruzou com dois policiais particulares que perguntaram ao comerciante se algo estava acontecendo. Porfírio continua o testemunho, respondendo que este nada tinha feito para evitar conflitos, mas que mesmo assim não conseguiu conter as provocações de Manoel que disse “[...] que se houvesse feito qualquer coisa, que não tinham vocês da polícia particular com isso, que não contava com eles, pois **ele Manoel Aristides não era da polícia do governo**” (grifo nosso).

Manoel procurava diferenciar-se dos policiais particulares quanto às referências de subordinação⁷. A Polícia Particular, sustentada pelos comerciantes, estava subordinada às elites locais, mais precisamente a Câmara Municipal que recebera autorização da Província para a contratação. Já o Exército de linha estava subordinado diretamente a Presidência da Província. Evidenciamos no relatório do vice-presidente Barão de Santa Tecla em 1888, a

⁶ De acordo com Sandra Gayol, na Argentina, e podemos estender ao Brasil, “[...] El honor fue también um ideal moral, uma calidad y uma virtud necesaria para intentar posicionarse mejor em La sociedad” (GAYOL, 2000: 187).

⁷ Já havíamos abordado em outro trabalho, algumas formas de desvinculação de imagens pejorativas construídas, como a do Guarda Permanente José Ramos, que em 1835 após ter sido repreendido por seu comandante, lhe respondeu “que não era escravo para lhe gritar!” (AL-ALAM, 2008: 71). José Ramos buscava desvincular-se da imagem da escravidão.

prática já corriqueira de suprir a falta de policiais com o envio de tropas de linha às localidades⁸.

Além disso, havia um símbolo de status que diferenciava estas duas corporações. O recrutamento para o Exército era visto como “[...] uma escola de disciplinamento”, no intuito de podar “os maus instintos, os vícios da ociosidade e do crime” (Moreira, 1995: 67); um meio de punição forçando os sujeitos ao trabalho (GRAHAM, 1997: 46). Ainda devemos levar em conta os baixos soldos e os castigos freqüentes (MAIA, 2001: 93).

A Polícia Particular já tinha um caráter seletivo, nela não entrariam os ditos vadios, inclinados ao ócio e ao vício. Na década de 1860 estas polícias particulares já vinham sendo organizadas na província. Paulo Moreira cita a notícia reproduzida do Correio Mercantil de Pelotas em 3 de agosto de 1883, anunciando a criação de uma Polícia Particular na cidade, na qual estamos falando neste texto. Diz a notícia:

A nova polícia compõem-se de 12 pessoas, inclusive o comandante e seu camarada, usa chapéu a voluntário da pátria, com o distintivo p. p. e o número respectivo, espada e blusa de pano com vivos encarnados. Apresenta-se bem montada e ostentando o garbo militar que impõe o respeito e a consideração. Segundo estamos informados, consta de pessoas de conduta garantida e disposta a desempenhar fielmente a missão que lhes é confiada. (Moreira, 1995: 93)

Como destaca o autor, observamos aí o ideal policial desejado no final do Império de uma nova organização policial, moralizada internamente e respeitada pelos demais. Inclusive, em relação aos valores dos Voluntários da Pátria reivindicados, nas palavras de Moreira imprime-se “[...] nesta nova organização uma tentativa de identificação daqueles que defenderam a pátria contra os invasores estrangeiros [...]” (MOREIRA, 1995: 93). A diferença de status atravessava as instituições da Polícia e Exército. Para fugir do recrutamento, muitos homens livres buscavam o alistamento na Polícia (BRETAS, 1998). Não podemos esquecer também o que alguns trabalhos já vem comprovando sobre o caráter de não especialidade do trabalho policial. Onde estes muitas vezes procuravam o espaço como alternativa para as dificuldades encontradas na inserção do mercado de trabalho, o que explicaria as descontinuidades de tempo de alistamento.

Observamos nos testemunhos, referências ao perfil de Manoel como conhecido desordeiro acostumado à embriaguez. No jornal Diário de Pelotas do dia 16 de maio encontramos uma referência a Manoel já ter sido preso outra vez “[...] por estar roubando

⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A. 7-17. Fala que à Assembléia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul dirigiu o Exm. Sr. Barão de Santa Tecla Vice-Presidente da Província ao instalar-se a 2ª Sessão da 22ª Legislatura em 27 de novembro de 1888. Porto Alegre, Typografia a vapor do Jornal do Comércio, 1889. p. 7.

peixe no porto da cidade”⁹. Além disso, o comerciante Porfírio relatava que Manoel no dia do conflito, tentara vender a ele uma calça branca, e portava um pedaço de lenha em uma das mãos fazendo gestos ameaçadores. Manoel tentava quem sabe, repor os seus parcos rendimentos através da venda de produtos roubados. Como evidenciado em outros trabalhos¹⁰, os policiais e soldados, compartilhavam os espaços de sociabilidade com os policiados, pois faziam parte do mesmo grupo social. Sobre isto interessante observar o discurso do presidente da província em 1886, onde este faz referências aos costumes das ditas “classes baixas” em se embriagarem portando armas, o que geralmente levava a conflitos:

[...] nada mais degradante do que a embriaguez que nivela o homem [...] suprimindo-lhe temporariamente a razão [...] explicação fácil do motivo porque tanto contribuem as classes baixas para a estatística criminal. A taberna, o copo, o baile noturno são os pontos de reunião mais convidativas para essas classes: aí há desde os licores que mergulham o homem numa embriaguez opática e pesada, até aqueles outros que causam no organismo a mais furiosa exaltação: o punhal, a adaga ou a pistola, estão no cinto; por pouco trava-se a rixa, e daí a momentos estão infelizes, que entraram amigos, desfechando-se golpes sobre golpes, aos quais não raro sucumbem algum¹¹

A cidade de Pelotas neste período, década de 1880, atingia seu auge em termos de produção de suas charqueadas. Dalila Müller, ao pesquisar hotelaria, demonstra-nos que o número de hotéis acompanhou o número de charqueadas em produtividade no município, sendo que nesta década foi encontrado o maior número de estabelecimentos hoteleiros (MÜLLER, 2004: 126).

Acreditamos que neste momento o número de estabelecimentos conhecidos como bodegas, botequins, acompanhou esse crescimento, quando não se confundiam com as mesmas funções. No porto da cidade concentrava-se um grande número de estabelecimentos e trabalhadores, já que a maioria do escoamento da produção saladeril e dos derivados desses empreendimentos eram feitos por esta região. Além do mais, como desenvolveu Thomas Holloway, o porto, como “[...] coração econômico da cidade, foco da agitação febril e centro de vida social de várias categorias de pessoas [...]”, assim como qualquer outro lugar público

⁹ Biblioteca Pública de Pelotas. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal Diário de Pelotas, sábado 16 de maio de 1885, p. 1.

¹⁰ Ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o Deboche e a Rapina*. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1993. (Dissertação de Mestrado); MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

¹¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A. 7-17. Fala que à Assembléia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul dirigiu o Exm. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena Presidente da Província ao instalar-se a 2ª Sessão da 21ª Legislatura em 7 de março de 1886. Porto Alegre, Officinas Typographicas Conservador, 1887. p. 100.

de reunião, requeria atenção especial da polícia, sendo a análise deste tipo de espaço ponto de referência para a história do policiamento (HOLLOWAY, 1997: 35).

Dois fatos chamam a atenção neste processo. O primeiro referente à territorialidade. Antonio Lins da Cruz Junior, Cabo de Esquadra do 3º batalhão, 25 anos, solteiro, da Província do Ceará, disse que viu Manoel passar na frente do Quartel de Mesa de Rendas Gerais¹² e dizer que ía ao Quartel onde estava estacionado o batalhão, o vendo caminhar na direção deste. Logo após ouviu dois tiros e uma vozeria em coro: **“Mata baianos!”**. Quando chegou para acudir junto com outros soldados da guarda da Mesa, Manoel estava jogado na calçada ferido. Novamente aparece a referência de “baianos” aos soldados do Exército. Todos os intimados para testemunho que compunham o 3º batalhão eram procedentes de províncias do norte ou nordeste, objetivamente das províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte. Em outro processo de 1885, que envolveu um conflito entre um português e guardas da cadeia da cidade, a referência que este faz aos soldados é a mesma: **“baianos safados”**. Sendo que os soldados envolvidos e inquiridos em testemunhos também vinham das províncias do norte ou nordeste do país¹³.

Parece-nos que havia uma distinção entre os moradores da cidade e policiais estereotipada aos soldados de linha do 3º batalhão, a de territorialidade. No Brasil Império era tática comum das autoridades militares desvincularem os soldados de suas localidades de origem, para que assim estes não viciassem suas formas de atuação com base nas relações sociais instituídas (ROSEMBERG, 2008: 55). O Exército, como bem demonstrou Izecksohn, também teve um papel importante na difusão de um caráter de identidade nacional no período imperial¹⁴. Estas mobilidades dos contingentes regionais poderiam na prática serem bons agentes fomentadores de sentimentos nacionais. Mas no caso aqui descrito, pode ter acentuado os regionalismos.

Devemos levar em conta que muitos eram recrutados ilegalmente por vingança política, arbitrariamente (MAIA, 2001: 93). Quanto a este ponto, o dos deslocamentos de contingentes, observamos o discurso do Presidente da Província no ano de 1883, contrário às

¹² A Mesa de Rendas Gerais foi criada pelo Decreto n. 2.486, de 29/9/1859. Essa mesa foi transformada em alfândega pela lei n. 1614 de 29 de dezembro de 1906, e foi instalada em julho de 1907. Sua sede ficava entre as ruas Xavier Ferreira e Benjamin Constant, a três quadras do conflito citado neste texto. O seu prédio ainda existe. Retirado de http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/1822a1970/alfandegas/alf_P.asp em 24 de abril de 2009.

¹³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. 1ª Vara Cível / Comarca de Pelotas, Processo Crime Número 5422, Maço 123, Estante 006.0127.

¹⁴ Ver: IZECKSON, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº27, 2001. p. 84-109.

polícias locais, modelo liberal a que ele dizia ter falhado na prática como já havia sido avaliado e condenado em outras províncias:

O guarda, apenas engajado, recebe fardamento e arma para entrar em exercício. Não tem muitas vezes noções do serviço que vai desempenhar. Não conhece a disciplina militar, não recebe instrução nenhuma correspondente a sua nova profissão. E é no meio em que nasceu e viveu, onde tem ligações de família e amizade, que esse homem, rude e desconhecedor de todas as práticas do seu ofício, tem de desenvolver sua atividade e esforços em cumprimento de ordens e deveres que muitas vezes ferem diretamente aqueles mesmos que lhe são mais caros. Não é este por certo o melhor tipo de soldado. Por isto mesmo que o soldado é tirado das classes mais ignorantes e mais desprotegidas da fortuna, não se pode nem se deve exigir dele atos de uma abnegação incompatível com a sua educação. A prática tem demonstrado que a primeira providência a tomar para que o soldado possa cumprir bem seus deveres, é não consentir que ele se demore por muito tempo em uma localidade.¹⁵

O presidente reconhecia que a profissão não era especializada, que não havia treinamento dos policiais, e que muitas vezes estes deveriam acatar ordens contra as pessoas mais próximas, que mais gostavam. Daí o reconhecimento de não se consentir que o soldado demorasse em uma determinada localidade em que agisse. Os policiais particulares, homens locais subordinados às elites também locais, identificados com o lugar e com um ideal de Polícia moralizada. Os soldados, homens “estrangeiros”, representantes de interesses distantes, relegados a um status inferior onde restava um trabalho mais rígido e menos remunerado. Esta diferenciação como vimos no caso do soldado Manoel também evidenciava as diferenças de subordinação.

Infelizmente nas fontes consultadas, não encontramos referências da procedência do soldado Manoel, e fica uma pergunta para nossas futuras investigações: esta espécie de estigma regional teria sido usada pelos soldados nortistas como uma identidade comum? O que podemos adiantar é que a referência pejorativa “Baianos”, portanto aparece como uma forma de diferenciação baseada na territorialidade, mas que quando envolvia os policiais, também se estendia às formas de subordinação e status atribuídas a esses grupos que exerciam as autoridades nas ruas de Pelotas.

Mesmo que a imprensa alardeasse o “estado em que se chegava” a cidade, a ponto de estarem “[...] os zeladores da ordem publica diariamente provocando conflitos”¹⁶, pouco interesse as autoridades judiciais demonstraram no conflito. O caso foi concluso sem

¹⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A. 7-17. Relatório da Secretaria da Polícia por Jose Maria de Araújo, 1883. p. 38.

¹⁶ Biblioteca Pública de Pelotas. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal A Discussão, sexta-feira 15 de maio de 1885, p. 2.

condenações, a justificativa foi de que não teria havido flagrante e os ferimentos haviam sido leves.

Mesmo que os conflitos fossem constantes, por trás da justificativa legal, talvez as autoridades judiciais reconhecessem a impotência e complexidade perante os problemas relacionados aos comportamentos dos trabalhadores das instituições aqui trabalhadas: a falta de preparo e estrutura de práticas de trabalho destes indivíduos.

Arriscando-nos a certo anacronismo, talvez possamos observar nestes comportamentos, alguns indícios do surgimento da representação das imagens pejorativas até hoje construídas pelos habitantes do sul do país em relação aos do norte, nordeste. As representações preconceituosas de que os nordestinos seriam “bagunceiros”, ou “vagabundos”, podem ter sido construídas nesses limites das práticas das instituições normativas, no exercício cotidiano das relações de poder nas ruas. Fica aqui uma provocação!

Bibliografia:

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A Negra Força da Princesa: Polícia, Pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do Autor; Sebo Icária, 2008.

BRETAS, Marco Luiz. A Polícia carioca no Império. In: *Revista Estudos Históricos*, vol.12, nº 22. Rio de Janeiro: 1998. p. 217-234.

GAYOL, Sandra. *Honor y duelo em Argentina moderna*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

_____. *Sociabilidad em Buenos Aires*. Hombres, Honor y Cafés 1862-1910. Buenos Aires: Ediciones Del Signo, 2000

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

IZECKSON, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº27, 2001. p. 84-109.

LÉFEBRE, Bruno. O dinheiro e o segredo: degradações e recomposições. In: CZECHOWSKY, Nicole (Orgs.). *A Honra: imagem de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM editora, 1992.

MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)*. Pelotas: EdUFPEl, 1993.

MAIA, Clarice Nunes. *Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. Recife: UFPE, 2001. (Tese de Doutorado).

MAUCH, Cláudia. Masculinidade e Violência na construção da autoridade de policiais no início do século XIX no sul do Brasil. Seminário *A Polícia em perspectiva histórica: Argentina e Brasil*. Buenos Aires: 2008. Retirado de: <http://www.crimenysociedad.com.ar/wp-content/uploads/2008/08/mauch.doc>.

_____. *Ordem Pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. E a rua não é do rei: Morcegos e Populares no início do policiamento urbano em Porto Alegre século XIX. In: *Sobre a rua e outros lugares: reiventando Porto Alegre*. Org: HAGEN, Acácia Maria Maduro; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995.

_____. *Entre o Deboche e a Rapina*. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1993. (Dissertação de Mestrado)

MÜLLER, Dalila. *A Hotelaria em Pelotas e sua relação com o desenvolvimento da região: 1843 a 1928*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001..

ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. São Paulo: USP, 2008. (Tese de Doutorado)